



Of. GP/DL n.º 1156/18

# CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

00300.169271/2018-98  
07.01.07-10  
(2161E)  
Junte-se ao processado do

PLC  
nº 27 de 2016

Em 22 / 12 / 18

Valinhos, 03 de dezembro de 2018.

Sen. Paulo Paim

Senhor Presidente

Valemo-nos do presente para, cumprimentando Vossa Excelência, encaminhar-lhe cópia da Moção n.º 148/18, solicitando o especial obséquio de repassá-la aos Senhores Senadores que compõem essa Egrégia Casa de Leis.

O teor da mesma versa sobre Repúdio ao Senado pela aprovação do reajuste dos salários de ministros do Supremo Tribunal Federal.

A presente Moção, de iniciativa da vereadora Dalva Dias da Silva Berto, foi aprovada por unanimidade pelo Plenário desta Casa de Leis em Sessão do dia 27 de novembro do corrente ano.

Ao ensejo, renovamos os protestos de nossa consideração e respeito.

ISRAEL SCUPENARO  
Presidente

S. Exa., o Senhor  
**EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA**  
Presidente do Senado Federal  
Brasília – DF





CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.V.  
Proc. Nº 5623, 18  
Fls. 01  
Resp. [assinatura]

MOÇÃO Nº 148 /2018.

**Ementa:**

**Moção de Repúdio ao Senado pela aprovação  
do reajuste dos salários de ministros do STF  
(Supremo Tribunal Federal)**

**Exmo. Sr. Presidente,  
Nobres Vereadores;**

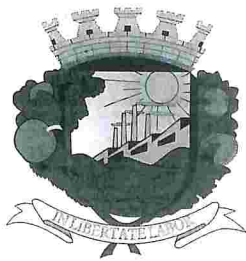
A Vereadora **Dalva Berto** requer, nos termos regimentais, apreciação e aprovação do nobre Plenário da presente Moção de Repúdio ao Senado pela aprovação do reajuste dos salários de ministros do STF (Supremo Tribunal Federal).

**JUSTIFICATIVA:**

O Senado Federal aprovou no último dia 7 o reajuste dos salários dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) de R\$ 33,7 mil para R\$ 39,3 mil. Foram 41 votos a favor, 16 contra e uma abstenção. O texto depende de sanção do presidente Michel Temer para entrar em vigor. Em seguida, também foi aprovado aumento no mesmo valor para o procurador-geral da República, em votação simbólica.



55/17/2018



**CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.M.  
Proc. Nº 5623/18  
Fls. 02  
Resp. *[assinatura]*

Sou extremamente contra esse reajuste salarial de 16,30%, principalmente, pelo impacto nos cofres públicos, que pode ser de R\$ 4 bilhões segundo consultorias, e pelo efeito cascata que o ele provoca nas contas. Isso porque o aumento acaba servindo como base para os salários dos três poderes, Congresso Nacional, assembleia legislativas, Tribunais de Justiça e Ministério Público, além do governo federal, governo estaduais e prefeituras.

É válido ressaltar que até mesmo o ministro do STF, Marcos Aurélio de Melo, criticou o aumento, que achou inoportuno para o momento econômico por que passa o país, embora se trate de uma "revisão" de inflação e não aumento, conforme ele frisou.

Ainda é importante deixar claro aqui que o presidente eleito Jair Messias Bolsonaro afirmou nesta segunda-feira, dia 12, que se já ocupasse o cargo vetaria a proposta de aumento salarial dos ministros do STF. Ele disse que o aumento vai complicar os esforços do novo governo para resolver a questão do déficit fiscal e frisou: "não tem outro caminho no meu entender, até pela questão de dar exemplo...eu falei antes da votação que é inoportuno, o momento não é esse para discutir esse assunto".

Diante do exposto, solicito aos nobres edis a aprovação da presente MOÇÃO DE REPÚDIO, e que do deliberado seja enviado Ofício ao Presidente do Senado, Eunício Oliveira, que articulou a votação e defendeu o projeto, assim como também para o Presidente Michel Temer, que em conversas com ministros disse que pretende sancionar a proposta em troca do compromisso do STF de acabar, no futuro, com o auxílio-moradia para os magistrados.

*[assinatura]*  
**KIKO BELONI**  
Vereador  
PSB

*[assinatura]*  
Maya

Valinhos, 12 de novembro de 2018.

*[assinatura]*  
Edson *[assinatura]*  
Vereador - RP

*[assinatura]*  
**Dalva Berto**  
Vereadora

*[assinatura]*  
**Mauro Penido**  
Vereador



Brasília, 21 de fevereiro de 2019.

Senhor Israel Scupenaro, Presidente da Câmara  
Municipal de Valinhos - SP,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, do  
Of. GP/DL n.º 1156/2018, de Vossa Excelência, encaminhado pela  
Presidência do Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação  
foi remetida para juntada ao Projeto de Lei da Câmara nº 27 de 2016,  
que *"Dispõe sobre o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal  
referido no inciso XV do art. 48 da Constituição Federal, e dá outras  
providências"*.

Para consulta, a matéria encontra-se disponível em:  
<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/126084>.

Atenciosamente,

  
Luiz Fernando Bandeira de Mello  
Secretário-Geral da Mesa

